

O rendimento escolar em língua portuguesa de alunos do 6º ao 9º ano de escola pública municipal

Academic performance in Portuguese language of students from 6th to 9th year in a municipal public school

Rozane Zaionz da Rocha

Graduada em Pedagogia com especialização em Educação Escola e Inclusão e Mestrado pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora e Pedagoga da rede pública municipal de Curitiba. rozanezaionz@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta dados de provas externas aplicadas pela Secretaria de Educação, referente ao componente curricular de Língua Portuguesa. O estudo foi realizado com estudantes do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental nos anos de 2011 e 2012. Baseou-se numa pesquisa etnográfica com abordagem quanti-qualitativa em uma escola pública municipal que atende mil e duzentos alunos nos períodos matutino, vespertino e noturno. O objetivo foi o de identificar as fragilidades apresentadas na aprendizagem dos estudantes e as estratégias utilizadas pela mantenedora para saná-las. O artigo discutirá os encaminhamentos metodológicos utilizados pelos docentes, cursos ofertados pela mantenedora e os índices apresentados nas avaliações externas.

Palavras-chave: Rendimento escolar. Língua Portuguesa. Fragilidades acadêmicas.

ABSTRACT

This paper presents data from external tests applied by the Secretary of Education, relating to curricular component of Portuguese language. The study was conducted with basic education students from the sixth to the ninth year in the years of 2011 and 2012. It was an ethnographic research with quantitative and qualitative approach, placed in a municipal public school with one thousand and two hundred students distributed in the morning, afternoon and night periods. The goal was to identify the weaknesses in the students' learning and the strategies used by the school in order to correct them. The article will discuss the methodological strategies used by teachers, courses offered by the school and the indices presented by the external assessments.

Key words: Academic results. Portuguese language. Academic weaknesses.

INTRODUÇÃO

Durante a análise de textos produzidos pelos estudantes do 6º ao 9º ano de uma determinada escola da rede pública municipal de Curitiba, foram constatadas fragilidades em proporções elevadas. Nos materiais analisados, não havia sequência lógica; havia falta de coerência e coesão e o uso das normas da língua materna foi superficial. Entretanto, o mais agravante foi a falta de conteúdos.

Diante disso, desencadearam-se indagações sobre as reais condições em que se encontravam os estudantes desses níveis de aprendizagem da escola pesquisada. A leitura dos textos, o acompanhamento dos cadernos e do dia a dia dos estudantes levaram a estudo mais minucioso, pois, a princípio, considerava-se que, possivelmente, os textos apresentavam baixa qualidade pela falta de vontade por parte dos estudantes em produzir trabalhos escritos.

Para a busca de dados que fornecessem um panorama das condições acadêmicas dos estudantes, optou-se pela análise das provas aplicadas pela Secretaria Municipal de Educação. As avaliações são elaboradas pela equipe técnica que não possui contato direto com os estudantes. Dessa maneira, não haveria interferências na escolha desse ou daquele conteúdo na elaboração dos itens.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública municipal que atende em média mil e duzentos estudantes nos períodos matutino, vespertino e noturno, sendo do 6º ao 9º ano (quatro turmas) pela manhã ; 1º ao 6ºano (cinco turmas) à tarde e Educação de Jovens e Adultos à noite. Os dados elencados e analisados neste estudo correspondem às avaliações do componente curricular de Língua Portuguesa realizada pelos estudantes do 6º ao 9º ano.

O interesse por tal estudo surgiu devido ao baixo rendimento apresentado entre os anos de 2011 e 2012 em tal componente curricular, mesmo tendo sido realizados diferentes encaminhamentos pedagógicos nas aulas. Baseados na realidade dessa escola pública municipal, o estudo apresenta, por meio de pesquisa etnográfica com abordagem quanti-qualitativa, dados de provas externas aplicadas pela Secretaria Municipal de Educação referente ao componente curricular de Língua Portuguesa e realizadas pelos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Entender os

possíveis motivos pelos quais os estudantes apresentaram baixo rendimento de um ano para outro (2011/2012) foi o que motivou este estudo, assim como conhecer as estratégias realizadas pela mantenedora para sanar as dificuldades apresentadas nas avaliações por ela aplicadas. Para isso, foram analisados os gráficos quantitativos das provas realizadas pelos estudantes e os descritores referentes aos dados com menor índice de rendimento, fazendo-se com isso a descrição qualitativa dos resultados encontrados.

Da avaliação e a realidade da comunidade

O município de Curitiba, desde 2005, tem como prática a aplicação de avaliações externas nas instituições de ensino público municipal almejando, com isso, ampliar a qualidade da educação ofertada. Tais avaliações são aplicadas anualmente e servem como um preparatório para a Prova e Provinha Brasil. Tais avaliações, depois de aplicadas, têm seus dados tabulados e discutidos com as equipes de gestão administrativa e pedagógica a fim de identificar as fragilidades apresentadas, assim como estabelecer projeções.

Após todos esses anos avaliando os resultados dos rendimentos educacionais apresentados pelos estudantes, o que se percebe é que as possíveis estratégias são pouco determinantes em melhorias, pois, conforme Rocha (2012, p. 131), ano após ano um mesmo conteúdo é percebido com baixo rendimento nas avaliações externas e, mesmo após as discussões e reflexões entre membros da Secretaria de Educação e gestores administrativos e pedagógicos das escolas, o mesmo conteúdo continua apresentando fragilidade.

Para a aplicação das avaliações externas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, há organização em relação ao cronograma, dispensando-se, em média, sete dias para a realização das provas. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, normalmente, ocorre a troca de professores, excetuando-se os primeiros e segundos anos. Para os anos finais do Ensino Fundamental, a prova é aplicada pelo professor que tiver sua aula na data e horário pré-estabelecidos no cronograma.

A correção das avaliações é realizada pelos professores regentes dos componentes curriculares. Cada professor corrige as provas de sua turma, de acordo com os critérios da mantenedora. Após a correção, realiza-se a tabulação dos dados que são posteriormente enviados à Secretaria Municipal de Educação.

Há escolas que se antecipam na discussão dos dados, reunindo-se nos dias de planejamento para analisar as questões e o rendimento apresentado pelos estudantes, como é o caso da escola pesquisada.

Para Gentili (2008, p. 125), a quantidade de métodos avaliativos instituídos promove a competição e os “rankings institucionais, que permitem avaliar a hierarquia das escolas em virtude dos resultados das provas aplicadas à população estudantil”. Quando não há estratégias de ação efetivas na resolução dos problemas de aprendizagem detectados nas avaliações, as provas são meros instrumentos para rankings, como defende o autor.

O fato de existirem espaços e materiais físicos não implica em, necessariamente, existir também a qualidade desejada para a educação do filho do trabalhador. Faz-se também necessária a contínua qualificação e valorização dos profissionais da educação, assim como a redução do número de alunos por sala, número esse que já extrapola os limites aceitáveis pelos órgãos de classe do magistério.

Curitiba, de acordo com a mídia, é uma das capitais que apresentam uma educação pública de qualidade. No entanto, ainda é precária e deficitária, pois, assim como em muitas outras capitais não mencionadas pela mídia, a educação curitibana apresenta salas superlotadas, prédios antigos e com pouca ou nenhuma manutenção.

Os conteúdos existentes no documento norteador da educação pública municipal são os mesmos do primeiro ao quinto e do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, ampliando o nível de dificuldade conforme a progressão do estudante. Assim sendo, uma criança que é matriculada na rede pública municipal terá durante aproximadamente nove anos os mesmos conteúdos.

Em relação à comunidade na qual se realizou esse estudo, ela está localizada em uma região periférica da cidade de Curitiba e atende pessoas de baixa renda. Os pais, mães ou responsáveis pelos estudantes são trabalhadores do comércio local e central,

pequenas empresas da região, professores, profissionais liberais (domésticas, pedreiros, dentre outros). A renda per capita das famílias varia entre 1 e 3 salários mínimos.

Inúmeros são os casos de famílias compostas apenas pelo pai ou mãe, assim como há vários estudantes que moram com avós ou algum responsável familiar ou não.

Devido à distância entre o bairro onde está localizada a escola e o centro da cidade, onde muitos pais prestam serviços, há a necessidade destes saírem muito cedo de casa a fim de chegar ao trabalho em tempo hábil. No retorno do expediente, chegam à noite, o que dificulta a convivência com seus filhos.

A escola e as atividades por ela propostas não despertam o interesse dos estudantes que utilizam de ironia e descaso. Conseguir despertar o interesse pelos conteúdos propostos na grade curricular é um desafio diário ao corpo docente da escola pesquisada.

Encaminhamentos realizados nas aulas

A precariedade e o sucateamento as quais está submetida a educação pública brasileira, há tempos, é de conhecimento do poder público. A morosidade em resolver os problemas existentes torna o poder público conivente com tal situação. Averiguar o nível em que se encontram nossos estudantes é fator válido, no entanto, não pode ser reduzido a isso. Para que se alcancem resultados satisfatórios, são necessários investimentos tanto nas instalações físicas quanto na capacitação permanente do profissional do magistério.

Em estudos realizados nas provas aplicadas pela Secretaria Municipal de Curitiba, constatou-se que, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o conteúdo do componente curricular de Matemática, perímetro e área, apresenta baixo rendimento. Isso é percebido desde o ano de 2005, quando se iniciaram as avaliações externas municipais, e, sete anos depois, ainda pode ser constatado que esses conteúdos não são dominados pelos estudantes. Em Língua Portuguesa, acentuação, pontuação e interpretação de textos são os grandes vilões, tanto para os anos iniciais quanto para os finais do Ensino Fundamental.

Segundo o Instituto Paulo Montenegro e Organização Não Governamental/ONG “Ação Educativa”, criadores do Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF, nos últimos dez anos não houve evolução significativa na redução do analfabetismo absoluto e rudimentar, ficando sem alterações o nível das habilidades plenas que gira em torno dos vinte e cinco por cento. Tal indicador (INAF) define quatro tipos de alfabetismo: analfabetos funcionais, subdividido em analfabetos, assim considerados os que não conseguem realizar as tarefas mais simples de leitura de palavras ou frases, apesar de ler números do dia a dia (telefones, preços, entre outros). Ainda dentro dessa categoria, incluem-se também os alfabetizados em nível rudimentar, “que conseguem localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares, leem e escrevem números usuais e realizam operações simples” (INAF, 2012). Na categoria funcionalmente alfabetizados, estão pessoas consideradas de nível básico que “leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que com pequenas inferências, leem número na casa dos milhões” (INAF, 2012). Por último, estão as pessoas alfabetizadas em nível pleno, que leem textos longos, analisam suas partes, interpretam, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião; na matemática, resolvem problemas mais elaborados e que exigem um maior planejamento e controle.

De acordo com o INAF, em 2009, havia 7% de analfabetos no Brasil. Em 2011/2012, esse número caiu para 6%. Já número de pessoas com nível rudimentar e básico não apresentou alteração, ficando em 2009 e 2011/2012 com 21%. Também foi ínfimo o crescimento dos alfabetizados em nível pleno: de 25% em 2009, passou para 26% em 2011/2012.

Os conteúdos contemplados no documento norteador da educação municipal, Diretrizes Curriculares (2006) são os mesmos do 1º ao 5º ano, acrescidos do 6º ao 9º. Ocorre que estudantes matriculados na educação pública municipal, que cursaram desde o primeiro ano nessa rede de ensino, chegam ao 7º ano apresentando defasagem dos conteúdos básicos abordados desde o início de sua vida escolar.

O rigor no acompanhamento dos planos de aulas dos professores se faz tanto pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação quanto pelos pedagogos das escolas. A exigência de aulas diferenciadas com maior participação dos estudantes é prática comum na escola pesquisada. No entanto, mesmo com metodologias distintas

das tradicionais, com execução de projetos e trabalho intensivo na biblioteca, percebe-se que, no ano de 2012, houve queda no rendimento acadêmico dos estudantes no componente curricular de Língua Portuguesa.

O serviço de biblioteca da escola pesquisa se inicia, normalmente, no mês de abril de cada ano, pois há necessidade de encaminhamentos de ordem técnica e burocrática em relação ao profissional que atuará no trabalho com a leitura e empréstimo de livros.

Apesar da grande resistência por parte dos estudantes, o trabalho da biblioteca foi satisfatório, pois 90% dos estudantes realizaram empréstimos de livros. Isso, entretanto, não significa que tenham efetuado a leitura do material. Muitos dos estudantes não possuem livros em casa, realidade essa que torna a escola o único local possível de acesso aos livros.

Apesar de haver a possibilidade de empréstimo do acervo da biblioteca e com projetos executados por alguns professores, pode ser ainda constatada a presença de aulas expositivas: “enchemos as crianças com indigestas palavras (...) que encerram algo no generoso desejo de quem as profere, mas que, na verdade, não levam ao cérebro nem um só raio de luz” (MELLA, 1989, p. 80).

A retórica unilateral nem sempre atende aos anseios e desejos do ouvinte; pode levar à distração e, muitas vezes, à indisciplina. Em uma pesquisa realizada por Martin, constatou que “os estudantes brasileiros ficavam (...) visivelmente entediados com a aula ou se desligavam completamente da tarefa, envolvendo-se em uma ‘atividade’(conversas brincadeiras ou olhar ausente) que não tinha nada a ver com a aula” (MARTIN, 2009, p. 175).

Na análise das provas dos adolescentes do 6º ao 9º ano, na faixa etária de 11 a 18 anos, constatou-se que estão no nível rudimentar, de acordo com o INAF (2012). Isso se contrapõe ao descrito nas Diretrizes Curriculares do Município, pois, de acordo com tal documento norteador, os estudantes da rede pública municipal de Curitiba, ao terminarem o segundo ciclo do Ensino Fundamental, “precisam estar usando com desenvoltura a leitura e a escrita em diferentes situações práticas, isto é, devem ser alfabetizados funcionais” (PMC, 2006, p. 200). As avaliações analisadas são de estudantes que estão no terceiro ciclo; contudo, estão aquém do estabelecido pela Diretriz educacional do município.

No ano de 2012, foram realizados dois projetos no componente de Língua Portuguesa, projetos esses que contemplaram a escola de maneira integral, professores de todas as áreas e estudantes de todos os níveis de escolaridade. O trabalho da biblioteca foi contundente e diferenciado, com foco na leitura e atividades dinâmicas envolvendo os mais variados tipos de literatura. Diante disso, compartilha-se do questionamento de Robin “como é possível que, com essa circunstância inteiramente a favor da leitura, esse procedimento de ensino seja hoje tão inferior ao outro?” (ROBIN, 1989, p.103).

Além dos encaminhamentos com projetos internos da escola, existe ainda a capacitação realizada dos professores pela Secretaria Municipal de Educação e órgãos conveniados. No entanto, não foi suficiente para que o rendimento fosse superior ao ano anterior (2011).

Cursos Ofertados pela Mantenedora

A prefeitura municipal, representada pela Secretaria Municipal de Educação, em atendimento à Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, artigo 63 inciso III, ofertou entre os anos de 2005 e 2012, uma média de 21 cursos referentes ao componente curricular de Língua Portuguesa. Os cursos tiveram cargas horárias diferenciadas, desde apenas 4 horas de duração até cursos que se estenderam ao longo do ano.

No site oficial do centro de capacitação da prefeitura municipal de Curitiba¹, constata-se que, no ano de 2005, ano em que foram instituídas as avaliações externas aplicadas pela Secretaria Municipal de Educação, a mantenedora ofertou três capacitações. Uma delas, *Língua Portuguesa: diversidade e padrão escrito* contemplou conteúdos referentes à fatos linguísticos da oralidade e da língua padrão escrita; formalidade e informalidade da língua padrão escrita, práticas de leitura e produção de textual e aspectos linguísticos do texto. Com carga horária de 51 horas, foi ministrado no período noturno. O público-alvo foi o de docentes que ministram aulas para as 4ª séries,

¹<http://cursos.cidadedoconhecimento.org.br/cursos/index.php>

atualmente, 5º anos. Não houve participação dos professores da escola pesquisada. Outro curso ofertado nesse mesmo ano foi *Trabalhando com a Língua Portuguesa e a Matemática no Ciclo II*. Neste curso, foi abordado o estudo das Diretrizes Curriculares (concepção, objetivos, conteúdos e critérios de avaliação); resolução de problemas, encaminhamentos metodológicos para o componente curricular de Matemática. A área Língua Portuguesa foi contemplada com o estudo sobre as Diretrizes Curriculares e a concepção de linguagem e escrita; produção e reescrita; análise linguística nos diferentes gêneros textuais; a importância da literatura e a narrativa ficcional contemporânea destinada ao público infantil e também práticas. Com carga horária de 20 horas, o curso foi ministrado no período de trabalho do professor. Houve adesão dos docentes da escola pesquisada.

No ano de 2006, não consta registro de capacitação ofertada em Língua Portuguesa.

Em 2007, a mantenedora ofertou o *I Seminário de Língua Portuguesa*, contemplando os seguintes conteúdos: alfabetização: a aquisição da leitura e da escrita pela criança; letramento; variações linguísticas; contação de histórias; tecnologias e produção de textos; estratégias de leitura em sala de aula; a linguagem literária; o trabalho com gêneros textuais em sala de aula e uso social da língua portuguesa. A carga horária foi de 8 horas e houve participação dos professores de Língua Portuguesa da escola pesquisada. Nesse evento, também foi oferecido o curso com carga horária de 36 horas, intitulado *Implementação do Caderno Pedagógico de Alfabetização*, durante o qual se discutiu sobre o direcionamento do trabalho das alfabetizadoras dos Núcleos Regionais de Educação, implantação do Caderno Pedagógico de Alfabetização, assim como consultoria para as alfabetizadoras. Esse curso contou com a participação dos professores da escola pesquisada.

Implementação do Caderno Pedagógico Língua Portuguesa foi a capacitação ofertada aos professores no ano de 2008, cuja carga horária foi de 28 horas. Nesse evento, abordou-se o tema da instrumentalização de professores e pedagogos para o ensino da Língua Portuguesa, de modo a contribuir para o fortalecimento da proposta da rede municipal de ensino. Além disso, visou também subsidiar teoricamente os professores e pedagogos para o trabalho com a Língua Portuguesa, objetivando à

formação cidadã e à orientação do trabalho com os conteúdos básicos e metodologias adequadas ao processo. O curso ocorreu em horário de aula, e foi solicitado aos professores que fizessem as inscrições nos dias de permanência. Houve adesão dos professores da escola pesquisada.

Em 2009, houve capacitação sobre os *Conteúdos de Língua Portuguesa: texto, leitura e entendimento; gênero e tipologia textual; aspectos da Língua (fonológicos e morfológicos, sintáticos, semânticos e estilísticos)*. Com duração de 24 horas, os professores da escola pesquisada se fizeram presentes. Tal como em anos anteriores mencionados anteriormente, foi ofertado um novo encontro para discutir sobre a implementação do *Caderno Pedagógico de Língua Portuguesa*. Nessa oportunidade, debateu-se sobre a escrita como sistema de representação, normas linguísticas, organização textual, unidade estrutural, concordância verbal e nominal. O evento totalizou uma carga horária de 20 horas e houve participação dos professores da escola pesquisada.

Nesse mesmo ano, também foi oportunizada a reestruturação do curso *Caderno Pedagógico de Alfabetização*, curso durante o qual foram abordados temas sobre a escrita como sistema de representação, normas linguísticas, organização textual, unidade estrutural e concordância verbal e nominal. Para esse estudo, foram programadas 20 horas de curso, sendo que houve a presença dos professores da escola pesquisada.

Também no ano de 2009, aconteceu a III Semana de Língua Portuguesa e Literatura. Tal evento contou com uma oficina e uma palestra e totalizaria 8 horas de estudo. No entanto, houve inscrição de apenas uma escola, sendo que a instituição pesquisada não participou do evento que se realizaria nos meses de junho e julho.

No ano seguinte, 2010, os professores são convocados mais uma vez para tratar dos conteúdos de Língua Portuguesa (gênero e tipologia textual; aspectos da Língua Portuguesa – fonológico, morfológico, sintático, semântico e estilístico). O curso foi contemplado com uma carga horária de 24 horas e contou com a adesão dos professores da escola pesquisada.

Não diferente de anos anteriores, neste ano também se discute a implantação dos *Cadernos Pedagógicos*. Nessas discussões, segundo o site oficial, pretende-se instrumentalizar os professores e pedagogos em relação às Diretrizes Curriculares

municipais, além de subsidiar teoricamente esses profissionais, visando uma formação cidadã. Foram 28 horas de estudos com a participação dos professores da escola pesquisada.

A Prefeitura Municipal de Curitiba mantém 11 escolas do 6º ao 9º ano. No entanto, devido à baixa quantidade de instituições que atendem às séries finais do Ensino Fundamental, por vezes, foram relegadas a um segundo plano.

Em 2011, por solicitação das gestões das referidas escolas, a mantenedora proporcionou um curso de capacitação para os professores intitulado *Estudo sobre os Conteúdos de Língua Portuguesa 5ª à 8ª séries (6º ao 9º ano)*. Nessa ocasião, foram tratados temas sobre a divisão dos conteúdos de Língua Portuguesa por trimestre/bimestre² e a criação de um planejamento integrado que serve como documento norteador para o trabalho docente. Também foram dadas sugestões para o trabalho docente. Totalizando 24 horas, o curso contou com a presença dos professores da escola pesquisada.

Durante a *Implementação do Caderno Pedagógico de Língua Portuguesa*, realizada neste ano, foram abordadas diferentes linguagens verbais e não verbais: ideias de representação, expansão de ideias, ortografia e sinais de pontuação; relações de sentido, temática e estruturação (unidade temática e sequência lógica); aspectos configurativos do texto, elementos de representação (unidade estrutural, apresentação e elementos coesivos); ampliação vocabular; estrutura das palavras (ortografia, sinais de acentuação, sinais gráficos e separação silábica); discurso direto e indireto, concordância verbal e nominal; pontuação; argumentação e elementos coesivos. Esse encontro de capacitação totalizou 28 horas, porém, não houve participação dos professores da escola pesquisada.

Em 2012, houve novo encontro para a *Implementação do Caderno Pedagógico de Língua Portuguesa*, com carga horária também de 28 horas. Os mesmos temas contemplados no encontro de 2011 foram retomados no ano de 2012. Não diferente ao ano anterior (2011), tampouco houve participação dos docentes da escola.

Nesse ano de 2012, houve capacitação com carga horária de 24 horas para tratar da Prova Brasil e as matrizes de referência para o 5º ano, assim como também foram

² Essa divisão de conteúdos foi solicitada pelos docentes, pois nas avaliações elaboradas pela Secretaria de Educação, havia uma disparidade em relação aos conteúdos abordados já que cada escola tinha a autonomia de organizar sua grade curricular de acordo com os conteúdos existentes na Diretriz Curricular Municipal. Essa “autonomia” acabava por gerar desencontros quando da elaboração das provas. Revista Intersaberes [vol. 8, n. 15, p.1054-127| jan. – jun. 2013| ISSN 1809- 7286

abordados temas sobre textos: leitura, entendimento e análise linguística. Nesse encontro, houve representação por parte da escola. Os conteúdos de Língua Portuguesa mais uma vez foram reforçados. Não diferente do ano anterior, o foco foi a matriz da Prova Brasil, evento que não contou com a participação dos professores.

Novamente, buscando integrar os componentes curriculares, a Secretaria Municipal de Educação oportunizou mais um curso com os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Nesse curso, foram contemplados temas sobre o Ensino Fundamental de 9 anos e a inclusão da criança de 6 anos; as características e necessidades da criança de 5 e 6 anos; a organização dos tempos e espaços escolares; a alfabetização e o letramento e a formação do número pela criança. A carga horária foi de 12 horas e contou com representação da escola.

Por solicitação dos professores, foi ofertado um curso sobre Sintaxe - subsídios para os professores de Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano. Os conteúdos foram: aspectos sintáticos; período simples; período composto por coordenação; período composto por subordinação; outros aspectos da Língua Portuguesa relacionados à Sintaxe. A carga horária foi de 16 horas e contou com a participação dos docentes.

Outro curso ofertado foi *Subsídios para trabalhar com gênero crônica- Olimpíadas de Língua Portuguesa*. Esse curso foi colocado em pauta para atender a demanda das escolas que participaram da Olimpíada. Nesse evento, os temas debatidos foram: sequência didática, conceitos, etapas de trabalho; característica do gênero crônica; aspectos estruturais e linguísticos; intencionalidade, função, discurso, público alvo, suporte e produção. Foram 8 horas de estudos e contou com a colaboração e participação dos professores da escola.

A escola em questão tem como um de seus projetos, a oferta de apoio pedagógico no contra turno para os estudantes que apresentam baixo rendimento no componente curricular de Matemática e Língua Portuguesa. Dessa maneira, os professores que ministram esse reforço escolar também participam de capacitação com direcionamentos específicos às demandas. Sendo assim, *Práticas para o Apoio Pedagógico de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental* foi mais curso ofertado pela Secretaria Municipal de Educação. Nessa capacitação, os temas de estudo elencados foram: o que é aprendizagem; condições para a aprendizagem; atividades estratégicas; o uso da

tecnologia no apoio pedagógico; planos de estimulação e oficina de Língua Portuguesa. A carga horária foi de 24 horas e a escola contou com representantes no curso.

No quadro 1, está representado o resumo de cursos/ horas ofertados aos professores:

Quadro 1 - Horas de cursos de Língua Portuguesa ofertados pela Secretaria Municipal de Educação no período de 2005 a 2012

PERÍODO	TOTAL/HORAS (aprox.)
2005	71
2006	não há registros no site oficial
2007	8
2008	28
2009	76
2010	60
2011	40
2012	64
TOTAL	347

Fonte: arquivo da autora, 2012

Em cinco anos, foram ofertadas, aproximadamente, 347 horas de cursos, sendo 65 horas de cursos/ano no componente de Língua Portuguesa.

Desde 2005 são aplicadas as provas externas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação. No entanto, com o excesso de conteúdos, houve distinção na grade curricular de cada escola. Somente no ano de 2011 ocorreu a unificação dos conteúdos por bimestres/trimestres entre as instituições de ensino que ofertam ensino público do 1º ao 5º ano e, em 2012, do 6º ao 9º ano, o que facilitou a elaboração dos itens/questões das provas pela mantenedora.

Os docentes que ministraram os cursos, ora da mantenedora, ora, contratados, possuem, em sua maioria, apenas qualificação de especialistas.

A escola pesquisada participou em 55% dos cursos ofertados no período de 2005 a 2012, como se pode ser observado no quadro 2:

Quadro 2 - Demonstrativo de adesão dos professores aos cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Curitiba

ANO	REPRESENTATIVIDADE DA ESCOLA
2005	66%
2006	não há registros
2007	100%
2008	100%
2009	25%
2010	66%
2011	50%
2012	57%

Fonte: arquivo da autora, 2012

No quadro 2, percebe-se que, do total dos cursos ofertados em 2005, a escola pesquisada participou em 66%. Essa porcentagem indica que houve ao menos um professor da instituição que participou dos cursos. Isso não implica, necessariamente, na participação de todos os docentes que ministram o componente curricular de Língua Portuguesa. Nos anos de 2007 e 2008, houve, conforme site oficial de cursos da mantenedora, apenas um curso/ano, totalizando nos dois anos 36 horas. Por isso, há o indicativo de 100%.

Em 2009, ano em que houve a maior carga horária de cursos ofertados, conforme o quadro 1, houve apenas 25% de adesão dos professores da escola pesquisada.

Além dos cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação, os docentes realizaram cursos externos com os dirigentes dos projetos de leitura e escrita implantados na escola.

Dos professores que ministram aulas do componente curricular de Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano, 54% deles são novos na escola, sendo que, desse total, 66% são professores que assumiram seus cargos no concurso de 2012.

Os cursos realizados abordaram conteúdos que aparecem com o de maior fragilidade nas provas. Desde 2007 são realizados cursos abordando esses conteúdos. Mesmo assim, a fragilidade persiste.

O que os dados revelam

Na análise dos gráficos estatísticos das avaliações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação nos anos de 2011 e 2012, constata-se que houve queda no rendimento escolar no componente curricular de Língua Portuguesa. Pode-se perceber que em alguns critérios houve queda e, em outros, avanços modestos, isso se forem consideradas as séries/anos de aprendizagem.

No critério que avalia a compreensão e uso do sistema de escrita, tendo como instrumento o ditado de palavras, 55,7% dos estudantes no ano de 2012 acertaram o item e, em 2011, esse percentual ficou em 43,4%. Na leitura e interpretação de textos com autonomia e significação, também houve avanços entre 2011 e 2012, sendo 43,4% e 55,7%, de acertos, respectivamente.

Ao avaliar a intertextualidade, inferência de informações e argumentação, percebe-se uma queda no rendimento, pois, em 2011, 19,2% dos estudantes atingiram o critério “A”³ e, em 2012, esse mesmo critério ficou em 14,3%. A relação entre o título com o conteúdo de um determinado texto também apresentou fragilidade entre o período de análise, visto que, em 2011, 26,5% dos estudantes acertaram o item, já em 2012, esse percentual caiu para 18,2%.

A reescrita de textos tendo como critério o uso correto das concordâncias verbal e nominal alcançou o índice de 25,5% em 2011 e 19,5% em 2012. O uso adequado das proposições e conjunções apontaram mudanças de um ano para outro, sendo que, em 2012, 21,5% dos estudantes acertaram a questão e, em 2011, apenas 11,6%.

Houve queda significativa do rendimento na identificação de informações implícitas no texto, já que, em 2011, 18,5% acertaram o item e em 2012 apenas 8,1%.

Inferência do significado de palavra/expressões, de acordo com o texto, apresentou um avanço modesto de 5,3% para 5,9% entre 2011 e 2012, assim como também houve avanços no uso de letras maiúsculas e sinais de pontuação: 13,2% em 2011 e 30,9% em 2012.

³ Critério “A” implica o melhor desempenho do estudante no item. A avaliação contempla os critérios “A ao “D”.

Na produção de textos, os percentuais foram baixos, não ultrapassando 30%. Os itens da produção exigiam um texto narrativo, sendo primeiramente avaliado o encaminhamento do referido texto. Em 2011, 14,2% dos estudantes conseguiram atingir o objetivo e, em 2012, esse percentual aumentou para 21,2%. Ao se avaliar o conteúdo desse texto narrativo, percebe-se queda de rendimento entre os anos em análise, sendo 9,4% em 2012 e 9,9% em 2011. Ao se avaliar essa mesma narrativa, mas considerando o uso adequado da língua, a queda do rendimento é de 15,6% em 2011 para 5,2% em 2012.

Para os 7º anos, 289 estudantes fizeram a avaliação em 2012; em 2011, 316. A primeira questão da avaliação direcionada aos estudantes dos 7º anos estava relacionada à compreensão e uso do sistema de escrita, tendo como ferramenta o ditado de um texto pré-definido pela Secretaria de Educação. Nesse item, 17,4% dos estudantes atingiram o objetivo e, em 2012, 14,5%.

No item nº 2 da avaliação, o critério é a identificação de informações implícitas de um texto e o que se percebe é uma queda bastante acentuada no rendimento, visto que, em 2011, 47,5% dos estudantes atingiram o objetivo e, em 2012, apenas 5,2%.

Em relação à inferência de informações implícitas de um texto e argumentação, também houve queda entre 2012 e 2011, ficando o percentual registrado de 23,5% e 39,9%, respectivamente. A relação entre textos (intertextualidade) apresentou considerável avanço entre os anos em análise, indo de 9,5% em 2011 para 34,3% em 2012.

Ao se avaliar a identificação de informações explícitas, inferência e argumentação, constata-se que também há avanços de 22,8% para 30,8% entre 2011 e 2012. O uso de letras maiúsculas assim como sinais de acentuação e pontuação apresentaram índices bastante baixos. Apesar de terem evoluído entre 2011 e 2012, os índices ficaram em 1,9% e 3,5%, respectivamente.

Inferência de significado à palavra e à expressão de acordo com o texto foi um critério que apresentou considerável avanço de 22,2% para 50,9% em 2011 e 2012, respectivamente. Na interpretação de textos com base em conhecimentos prévios houve queda de 31% para 17%. O último item se refere à produção de texto narrativo, sendo avaliado o encaminhamento, o conteúdo e as condições do uso da língua.

Na produção de textos narrativos, foram avaliados o encaminhamento, o conteúdo e as condições do uso da Língua Portuguesa. Sendo que, para o

encaminhamento, em 2012, o percentual foi de 11,4% e em 2011 14,20%. Em relação ao conteúdo, 6,2% e 12,3% em 2012 e 2011, respectivamente. Na avaliação do texto, uso da língua, em 2012, 1,4% e 3,5% em 2011.

Para os 8º anos, houve adesão de 273 estudantes em 2012 e 249 em 2011, na compreensão e uso do sistema. Na questão nº 1, avaliaram-se a compreensão e o uso do sistema de escrita, tendo como instrumento o ditado. Em 2011, 18% dos estudantes conseguiram acertar a questão e, em 2012, apenas 9,5%.

Na identificação de informações explícitas no texto, 40,6% em 2011 e, em 2012, menos da metade daquele ano conseguiram atender ao exigido, ficando o índice em 19,4%. Em relação à interpretação de texto, inferência de informações e argumentação, os estudantes do 8º ano obtiveram êxito em 2012, pois atingiram 41,4% e em 2011 25,3%.

No critério que avalia o uso adequado de letras maiúsculas, sinais de acentuação e pontuação, os índices, tanto de 2011 quanto de 2012, foram baixos, ficando em 7,6% e 3,3%, respectivamente. Há que se considerar que esse critério de avaliação está discriminado desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, os estudantes não conseguiram se apropriar desse conhecimento.

Identificar informação explícita, inferir informações e argumentações foram contemplados na questão nº 6 da avaliação. Em 2011, 10,4% dos estudantes atenderam ao solicitado, enquanto que, em 2012, esse percentual foi de 31,9%.

O uso de: por que, porque, por quê, porquê, mesmo estando previsto na grade curricular do Ensino Fundamental desde os anos iniciais, percebe-se que, no 8º ano, ainda prevalece a dúvida sobre sua aplicação, pois, em 2012, 9,9% atingiram o esperado enquanto que, em 2011, 21,7% dos estudantes conseguiram.

O critério que exige o reconhecimento das características de um determinado gênero textual obteve o mesmo índice tanto em 2012 quanto em 2011, 19%. Inferir significado à palavra de acordo com o contexto apresentou uma queda entre 2011 e 2012, sendo 63,9% e 40,7%, respectivamente.

Uso de letras maiúsculas e minúsculas, em 2011, 12% e, em 2012, 43,2%. Se for considerado que os estudantes de 2011 estavam no 7º ano e em 2012 estão no 8º ano, pode-se dizer que houve avanço, pois, nesse critério, os estudantes do ano anterior

atingiram 1,9% e, em 2012, esses mesmos estudantes, agora no 8º ano, elevaram o índice para 43,2%.

A relação entre os elementos do texto e os pronomes apresentou baixo rendimento em 2012, ficando com 0,4% e, em 2011, com 15,3%. Em relação à escrita de texto, considerando-se a concordância verbal e nominal, houve avanço significativo de 5,2% em 2011 para 43,6% em 2012. Na produção de texto narrativo, foram avaliados: o encaminhamento, 22% em 2012 e 42,6% em 2011; conteúdo, 11,2% em 2011 e 13,2% em 2012 e condições do uso da língua, 13,3% em 2011 e 5,9% em 2012.

No afunilamento quantitativo de estudantes desde o 6º até o 9º ano, em 2011, 158 estudantes realizaram a prova do 9º ano e, em 2012, 174.

Na compreensão e uso do sistema de escrita, ditado de texto, em 2011, 16,8% dos estudantes atenderam ao critério e 4,6% em 2012. Identificar informações explícitas em um texto, 65,4% e 48,3% em 2011 e 2012, respectivamente.

Inferir informações no texto, 56,8% e 25,9% em 2011 e 2012. Inferir informações no texto e argumentar teve queda considerável entre 2011 e 2012, sendo 58,4% e 14,4%. Inferir significado à palavra ou expressão de acordo com o texto também teve queda no rendimento, sendo 78,9% em 2011 e 40,2% em 2012. Reescrita de texto, concordância verbal e nominal, 2011 27,6% e 44,3% em 2012.

Reconhecer as características de determinado gênero textual, 17,8% em 2011 e 10,9% em 2012. Confirmação de hipóteses relativas ao texto, 11,5%, em 2012, e 28,1% em 2011. Relação entre textos (intertextualidade) e argumentação, 2011, 32,4% e 2012, 21,3%.

Reconhecer os elementos constituintes do gênero textual, da finalidade do texto e argumentação, 20% em 2011 e 8% em 2012.

Inferir informações e intertextualidade, 29,2% em 2011 e 5,2% em 2012. Produção de texto: encaminhamento, em 2011, 55,7% e 2012, 18,4%; conteúdo, em 2011, 38,4% e 2012, 10,3%; condições do uso da Língua, em 2012, 2,9% e em 2011, 16,8%.

O quadro 3 foi elaborado considerando os critérios avaliativos comuns entre os níveis de aprendizagem. Em determinados critérios, haverá algumas diferenças, podendo variar o nível de dificuldade conforme o nível de aprendizagem. Para facilitar a leitura do quadro, foi considerada apenas a porcentagem inteira, desconsiderando os números existentes após a vírgula.

O quadro 3 tem como base os dados quantitativos das provas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação no componente curricular de Língua Portuguesa. Foram contemplados apenas os critérios avaliativos comuns entre os diferentes níveis de aprendizagem a fim de estabelecer análise de possíveis progressões no rendimento dos estudantes.

Analisando-se os critérios existentes nas avaliações do 6º ao 9º ano, percebe-se que há uma variação de um nível de aprendizagem para outro, ora enfatizando mais a ortografia/gramática, ora o trabalho de leitura e interpretação de textos.

Na avaliação dos 6^{os} anos, 41% da avaliação abrangeu questões relacionadas à gramática e ortografia. Para os 7º anos, essa porcentagem cai para 27%. Nos 8º anos, a avaliação abrangeu 40% para o uso da língua (gramática/ortografia) e, para os 9º anos, torna a cair para 21%.

O rendimento escolar em língua portuguesa de alunos do 6º ao 9º ano de escola pública municipal



Quadro 3 - Comparativo do rendimento escolar no componente curricular de Língua Portuguesa.

NÍVEL DE APREND.	ESTUDANTE/ANO		CONTEÚDOS	PERÍODO /%	
	2011	2012		2011	2012
6º ANO	302	307	Compreensão do uso do sistema de escrita - ditado (palavras)	14	16
7º ano	289	316	Compreensão do uso do sistema de escrita - ditado (texto)	17	14
8º ano	249	273	Compreensão do uso do sistema de escrita - ditado (texto)	18	9
9º ano	185	174	Compreensão do uso do sistema de escrita - ditado (texto)	16	4
6º ano	302	307	Inferência de informações e argumentação	19	14
7º ano	289	316	Inferência de informações (implícitas) e argumentação	39	23
8º ano	249	273	Inferência de informações e argumentação	25	41
9º ano	185	174	Inferência de informações e argumentação	58	14
6º ano	302	307	Relação do título com o conteúdo do texto	26	18
7º ano	289	316	Relação entre textos	9	34
8º ano	249	273	(não há critério semelhante ente os níveis anteriores)		
9º ano	185	174	Relação entre textos	32	21
6º ano	302	307	Reescrita de texto - concordância verbal e nominal	25	19
7º ano	289	316	(não há critério semelhante ente o nível anterior)		
8º ano	249	273	Reescrita de texto - concordância verbal e nominal	5	43
9º ano	185	174	Reescrita de texto - concordância verbal e nominal	27	44
6º ano	302	307	Uso de letras maiúsculas e sinais de pontuação	13	30
7º ano	289	316	Uso de letras maiúsculas, sinais de pontuação e acentuação	1	3
8º ano	249	273	Uso de letras maiúsculas, sinais de pontuação e acentuação	18	9
9º ano	185	174	Não houve avaliação nesse nível de aprendizagem dos critérios acima		
6º ano	302	307	Identificação de informação implícita do texto	18	8
7º ano	289	316	Identificação de informação explícita do texto	22	30
8º ano	249	273	Identificação de informação explícita do texto	31	10
9º ano	185	174	Identificação de informação explícita do texto	65	48
6º ano	302	307	Inferência do significado à palavra/expressão de acordo com o texto	5	5
7º ano	289	316	Inferência do significado à palavra/expressão de acordo com o texto	22	5
8º ano	249	273	Inferência do significado à palavra/expressão de acordo com o texto	63	40
9º ano	185	174	Inferência do significado à palavra/expressão de acordo com o texto	78	40
6º ano	302	307	Produção de texto narrativo – encaminhamento	14	21
7º ano	289	316	Produção de texto narrativo – encaminhamento	14	11
8º ano	249	273	Produção de texto narrativo – encaminhamento	42	22
9º ano	185	174	Produção de texto de opinião – encaminhamento	55	18
6º ano	302	307	Produção de texto narrativo – conteúdo	9	9
7º ano	289	316	Produção de texto narrativo – conteúdo	12	6
8º ano	249	273	Produção de texto narrativo – conteúdo	11	13
9º ano	185	174	Produção de texto de opinião – conteúdo	38	10
6º ano	302	307	Produção de texto narrativo - uso da Língua	15	5
7º ano	289	316	Produção de texto narrativo - uso da Língua	3	1
8º ano	249	273	Produção de texto narrativo - uso da Língua	13	5
9º ano	185	174	Produção de texto de opinião - uso da Língua	16	2

Fonte: arquivo da autora, 2012.

Os estudantes que estavam no 6º ano em 2011 e que foram promovidos para o 7º ano em 2012, no conteúdo compreensão do uso do sistema de escrita/ditado, permaneceram com o mesmo percentual de rendimento (14%). O mesmo não ocorreu com os estudantes matriculados no 7º e 8º ano que, em 2011, apresentaram 17% e 18% de rendimentos, respectivamente, nesse conteúdo e, após a progressão para 8º e 9º anos, tiveram queda no rendimento para 9% e 4%, respectivamente.

Em relação a inferir informações e argumentação, os estudantes tiveram êxito de um ano para outro, com exceção do 8º ano que, em 2011, apresentou rendimento de 25% e, em 2012, 14%.

No uso de letras maiúsculas e sinais de pontuação, com exceção do 6º ano, os estudantes apresentaram baixo rendimento, sendo o do 8º ano mais preocupante, conforme o quadro 3.

A oscilação no rendimento acadêmico pode ser observado nos dados apresentados, e prova que o contato com os conteúdos desde o 1º ano até o 9º não está sendo suficiente para a aprendizagem.

Considerações finais

Este estudo apontou alguns elementos que, possivelmente, tenham interferência na aprendizagem e, conseqüentemente, no rendimento acadêmico dos estudantes da escola pesquisada, dentre eles, currículo extenso, levando os professores a abordarem de maneira superficial os conteúdos a fim de conseguirem apresentar todos aos estudantes.

Não foi possível identificar as estratégias elencadas pela mantenedora para sanar os problemas apresentados nas avaliações externas. O que se percebeu foi a oferta de cursos de maneira ampla, sem considerar a fragilidade de cada instituição.

O número de profissionais da equipe pedagógico-administrativa é pequeno em relação ao número de estudantes, o que dificulta o acompanhamento de discentes e docentes. A resistência em mudar os encaminhamentos metodológicos também foi percebida junto aos professores mais antigos na profissão. Também observou-se um número elevado de novos professores no componente curricular de Língua Portuguesa.

*O rendimento escolar em língua portuguesa de alunos do 6º ao 9º ano
de escola pública municipal*



Em relação aos discentes, é notória a falta dos pais na escola acompanhando o desenvolvimento de seus filhos. Esse afastamento é, muitas vezes, justificado pelos responsáveis como receio de perder o emprego. As tarefas enviadas pelos professores para serem resolvidas em casa, dificilmente são realizadas, e os comunicados enviados aos pais não retornam assinados.

Muitos dos estudantes demonstraram pouco interesse nos projetos apresentados pela escola, mesmo sendo projetos indicados pelos próprios discentes. Entre a maioria dos adolescentes da instituição pesquisada não há o hábito da leitura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em 16 dez. 2012

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Instituto Paulo Montenegro e ação educativa mostram evolução do alfabetismo funcional na última década.** Disponível em: http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por. Acesso em 15 nov. 2012.

GENTILLI, P. **Desencanto e utopia: a educação no labirinto dos novos tempos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTIN, C. **A vantagem acadêmica de Cuba: por que seus alunos vão melhor na escola.** São Paulo. Ediouro, 2009.

MELLA, R. **O problema do ensino.** (IN) MORIYÓN, Félix García. **Educação libertária.** Porto Alegre. Artes Médicas, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba.** Vol. 3, Ensino Fundamental. Curitiba, 2006.

_____. **Cursos.** Cidade do Conhecimento. Disponível em: <http://cursos.cidadedoconhecimento.org.br/cursos/index.php>. Acesso em 24 nov. 2012.

ROBIN, P. **A educação integral.** IN. MORIYÓN, F.G (org.). **Educação libertária.** Porto Alegre. Artes Médicas, 1989.

ROCHA, R. de F. Z.da. **Educação em tempo integral**: estudo sobre o rendimento escolar das crianças. Dissertação de Mestrado. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2012.